



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA- CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA CLÁUDIA ROZENDO LIMEIRA

**YASSER ARAFAT: trajetória política e suas contribuições quanto à questão
palestina**

**JOÃO PESSOA
2017**

ANA CLAUDIA ROZENDO LIMEIRA

YASSER ARAFAT: trajetória política e suas contribuições quanto à questão palestina

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva.

JOÃO PESSOA
2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732y Limeira, Ana Claudia Rozendo.
Yasser Arafat [manuscrito] : trajetória política e suas contribuições quanto à questão palestina / Ana Claudia Rozendo Limeira. - 2017.
38 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Ana Paula Maielo Silva, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Palestina. 2. Yasser Arafat. 3. Processo de Oslo. 4. Israel.

21. ed. CDD 956.94

ANA CLÁUDIA ROZENDO LIMEIRA

YASSER ARAFAT: TRAJETÓRIA POLÍTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES QUANTO À
QUESTÃO PALESTINA

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovado(a) em 15 / 12 / 2017.

Ana Paula Maielo Silva

Ana Paula Maielo Silva /UEPB
Orientador(a)

Filipe Reis Melo

Filipe Reis Melo /UEPB
Examinador(a)

Giuliana Dias Vieira

Giuliana Dias Vieira /UEPB
Examinador(a)

A minha amada mãe, Luciene Rozendo, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar esperança e conforto nas horas de silêncio. Ao apoio incondicional da minha família. A minha mãe pelo amor, por todos os sacrifícios feitos e pela confiança. A minhas tias Lucineide e Fátima e meu tio João pela preocupação com minha educação. A minha avó Gasparina por ser um exemplo de força e determinação.

A todas as outras mulheres fortes que me inspiraram e me influenciaram até aqui.

Agradeço a minhas queridas amigas Andressa, Joedna, Larissa e Mayara que sempre acreditaram na minha capacidade e me incentivaram incondicionalmente. A Raysa, Paulo, Ayrton, Queila e Matheus Vicente por permanecerem ao meu lado nos momentos difíceis.

A minha orientadora, Ana Paula, por confiar e me ajudar quando precisei.

Agradeço a todas as professoras e professores de Relações Internacionais da UEPB que tanto me inspiraram durante o curso e me fizeram acreditar que esse era o meu caminho.

A minha querida amiga Deisiane que mesmo distante demonstra carinho e cuidado.

A todos que diretamente e indiretamente me inspiraram e me ajudaram na construção desse trabalho.

“A justiça da causa determina o direito da luta. Sou um rebelde e a minha causa é a liberdade.” Yasser Arafat.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	CAPÍTULO 1: Questão Palestina e início da trajetória	
2.1	Uma breve definição.....	12
2.2	O mandato britânico na Palestina.....	12
2.3	Yasser Arafat: o início de sua trajetória.....	14
2.4	Crise de Suez e fuga para o Kuwait.....	16
2.5	Ações no exílio: criação do Fatah.....	17
3	CAPÍTULO 2: Novos caminhos da liderança	
3.1	Criação da OLP e atuação do Fatah nos primeiros anos.....	19
3.2	Guerra dos Seis Dias.....	21
3.3	Batalha de Karameh.....	22
3.4	Liderança na OLP: novo caminho pela diplomacia.....	23
4	CAPÍTULO 3: Processo de Paz de Oslo	27
4.1	A liderança de Arafat durante os Acordos de Oslo.....	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	36
	ANEXO A	37

YASSER ARAFAT: trajetória política e suas contribuições quanto à questão palestina

Ana Cláudia Rozendo Limeira¹

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória política e liderança de Yasser Arafat à luz de suas implicações para a “questão palestina”. Através de uma pesquisa e análise bibliográfica investigaremos a partir das circunstâncias históricas que o levaram ao engajamento na causa palestina no período anterior ao Estado de Israel. Por conseguinte, aborda-se as organizações das quais Yasser Arafat foi líder e de que modo ele centralizou o poder político na tomada de decisões que afetou diretamente os palestinos. Por último, demonstraremos os desdobramentos dos Acordos de Oslo para Arafat, como presidente da Autoridade Palestina, no decorrer da década de 1990, e a crescente rejeição que sofreu ao longo das negociações que culminaram no fracasso do Acordo de Paz de Oslo em 2000. Concluiremos com uma breve análise sobre o papel de Yasser Arafat para os desdobramentos e avanços na política palestina.

Palavras-Chave: Palestina. Yasser Arafat. Processo de Oslo. Israel.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória política e liderança de Yasser Arafat ao longo de sua vida nas mais importantes organizações para a libertação palestina do século XX será o principal objeto de estudo desta pesquisa.

Yasser Arafat foi o maior líder palestino do século passado, nascido no Cairo, capital do Egito, em 24 de agosto de 1929. Filho de Abdel Raouf, que era natural de Gaza, mas que resolveu mudar-se para o Cairo com sua família em busca de melhores condições de vida. Sua mãe, Zahwa Abul Saoul, faleceu de uma doença renal quando Arafat ainda tinha cinco anos. Ele viveu parte de sua infância no Egito e após o

¹ Aluno de Graduação em Ciências Biológicas na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: aluno@email.com.br

falecimento de sua mãe foi morar com seu tio materno em Jerusalém juntamente com Fathi, seu irmão mais novo.

Sua estadia em Jerusalém foi marcante para despertar nele a identidade palestina, somada aos eventos traumáticos como a morte da sua mãe e o fracasso do segundo casamento de seu pai, acabando por minar qualquer sentimento de pertencimento ao seu lugar de nascimento. A aura singular de Jerusalém representou, portanto, um refúgio da sua antiga vida no Cairo, devido à importância histórica e religiosa da cidade, assim como a relação multicultural de seus habitantes, marcando definitivamente a memória afetiva de Yasser. No entanto, em 1937, após o período de quatro anos em Jerusalém, Arafat e Fathi retornam ao Cairo a pedido de seu pai. (ABURISH, 1998.). A pouca informação a respeito de sua infância e juventude dificulta traçar os seus passos após o retorno ao Egito, é só a partir de sua entrada na universidade do Cairo que retomamos a sua trajetória.

Egípcio de nascimento, mas palestino de coração, Yasser Arafat tem uma importância singular na história da luta pela constituição de um Estado Palestino. Desde muito cedo esteve envolvido em organizações que lutassem pela independência e soberania de um Estado para o povo palestino, chefiando algumas das mais importantes organizações palestinas do século XX.

A supracitada história de luta e suas organizações encontram sua razão de ser, inclusive, no fato de que a Palestina, desde a proclamação do Estado de Israel em 1948, vê-se envolvida em um conflito que já perdura por décadas, tendo tal problemática sua origem no impedimento de seu direito a constituição de um estado independente, negado pelo estado israelense. A Questão Palestina envolve múltiplos atores internacionais, sendo eles os países árabes, Israel, os EUA e Reino Unido, cujo papel determinante para o agravamento do conflito será alvo de análise posterior. Ora, entende-se indubitavelmente ser um conflito de difícil consenso, dado o fracasso da tentativa de resolução nos anos 1990.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo se faz necessário um breve contexto histórico de como a Palestina passou do domínio do Império Otomano para em seguida ter o Reino Unido como mandatário, assim como é mister entendermos as circunstâncias que levaram à primeira guerra Árabe-Israelense, pois é nesse contexto que Arafat se insere nos movimentos de libertação da Palestina.

Posteriormente, compreenderemos o caráter decisivo que a derrota árabe-palestina trouxe para os movimentos de libertação da Palestina.

Posto e compreendido o momento histórico da luta do povo palestino em que Arafat se introduz, passaremos então para a formação do Fatah no exílio. A sua forma de ação também será alvo de nossa atenção e objeto de nosso estudo, e como ele viria a se transformar no maior grupo que lutava pelo direito da Palestina a um Estado. Arafat foi essencial para o movimento de resistência palestino, que só a partir da criação do Fatah as aspirações do povo palestino foram colocadas em pauta por um movimento independente dos interesses dos demais países árabes.

No decorrer do segundo capítulo trataremos *a priori* dos principais conflitos que envolveram palestinos, judeus e demais países árabes e qual foi o papel do Fatah, sob a liderança de Arafat, nesses conflitos. Em seguida, examinaremos como se constituiu a Organização para Libertação Palestina como um órgão que firmar-se-ia como representante do povo palestino, e como a OLP sob liderança do Arafat possibilitou a internacionalização da causa palestina. Examinaremos as motivações que levaram a mudança da estratégia de ação para a via diplomática e os desdobramentos dessa transição.

Por fim, no último capítulo, abrangeremos os Acordos de Paz de Oslo e a criação de uma entidade política palestina para as negociações desse acordo, a Autoridade Palestina. Também trataremos das circunstâncias nas quais se deram as negociações e como Arafat, como presidente da Autoridade Palestina, se colocou diante de tais negociações. Por último, veremos os impactos desses acordos para a aprovação política de Arafat, a sua crescente rejeição durante a década de 1990, as acusações de corrupção e a intransigência nas negociações por parte de Israel e como essas circunstâncias levaram ao fracasso do Acordo de Paz de Oslo.

Nas considerações finais veremos brevemente os últimos anos de vida e a morte desse grande líder palestino, para em seguida discutirmos o que representou a liderança de Arafat, quais foram as contribuições e os legados dos anos que passou sendo a maior autoridade da política palestina.

2 CAPÍTULO 1:

Questão Palestina e início da trajetória

2.1 Uma breve definição

A Questão Palestina é um conflito entre dois povos pela mesma terra. A disputa pela Palestina entre judeus e palestinos teve início mesmo antes da proclamação de Israel, em 1948, como um Estado independente no território palestino. Desde o início do século XX o conflito já se desenhava, e ao longo do século vários acontecimentos agravaram esse impasse.

O início da imigração de judeus para a Palestina com intenções de colonizar aquela terra data do começo do século XX. Isto foi fruto do projeto do movimento sionista² de colonizar a Palestina e a transformar no “Lar Judeu”. A Questão Palestina, portanto, é um conflito histórico mas além disso é um conflito complexo, pois envolve variáveis políticas, culturais e religiosas. Interesses divergentes de diferentes atores, qual sejam, interesses políticos e econômicos de potências ocidentais, interesses dos países árabes, interesses dos judeus e dos palestinos (NEVES, 2007, P.61). Portanto, o conflito entre palestinos e judeus é uma questão internacional.

A Questão Palestina é bem sintetizada por Neves (2007) ao afirmar: “A *Questão Palestina* é um problema no sentido literal da palavra: algo que é difícil de explicar ou resolver. Mas é, antes do mais, uma *questão*, porque envolve um litígio entre dois povos e uma demanda por reconhecimento e justiça por uma das partes” (NEVES, 2007, p. 61. Grifo da autora).

2.1 O Mandato britânico na Palestina

Durante a Primeira Guerra Mundial o Reino Unido assumiu posições contraditórias em sua política externa. Com o interesse de vencer a guerra, firmou

² Movimento político que defende o direito à autodeterminação do povo judeu em um Estado judaico. Ganhou força no fim do século 19, impulsionado pelo avanço do antissemitismo e desenvolveu-se simultaneamente a outros movimentos nacionalistas, como o de unificação de países como a Itália e a Alemanha. O nome sionismo deriva de Sion, um importante monte nas cercanias da cidade velha de Jerusalém, e representa o desejo milenar dos judeus de, após o exílio forçado, retornar à terra dos seus ancestrais bíblicos.

diálogo com os árabes, em especial com a família Hashemita, que obtivera, concedido pelos turcos, o privilégio de administrar as duas cidades santas para o Islã, Medina e Meca. Este acordo foi firmado pelo Reino Unido e pela família Hashemita, com a intenção de obter o apoio militar dos árabes na frente contra os turcos e em troca foi prometido que, em caso de vitória do Reino Unido e de seus aliados, seria criado o Reino Árabe em toda a região do Oriente Médio, inclusive na Palestina.

Em 1915, em consequência à promessa do governo britânico de criação do Reino Árabe na região da Palestina, os árabes-palestinos se revoltaram contra seu suserano otomano, e a consequente derrota que culminou na desintegração do Império Otomano mudaria radicalmente a dinâmica daquela região.

Dois anos à frente, em 1917, torna-se pública a Declaração de Balfour³, e com ela fica claro aos árabes, em especial aos palestinos, o caráter contraditório dos discursos e o caráter cúmplice da relação entre o governo britânico e os sionistas: “A Declaração de Balfour, que promete criar na Palestina um ‘lar nacional para o povo judaico’, torna claramente aos olhos árabes a cumplicidade entre o imperialismo e o sionismo” (MASSOULIE, 1996, p. 53).

A partir de 1920 as crescentes ondas migratórias de judeus para o território da Palestina, percebidas pelos palestinos como uma ameaça, e que contavam com o consentimento do mandatário Reino Unido, fomentou o surgimento da ideia de um “sentimento palestino”, que ganha então força entre a população que toma consciência da necessidade de reivindicar para si um Estado palestino independente. Ora, enquanto os outros países árabes ganhavam sua independência, argumenta Massoulie (1996) que os palestinos sentiram-se abandonados, sem possibilidades de criar um Estado soberano enquanto deparavam-se com o crescimento de uma população judaica no seu território.

Em 1922 o Reino Unido se estabelece como mandatário no território palestino e as primeiras revoltas eclodem. O aumento das tensões entre judeus e povos árabes gerou uma mobilização por parte das autoridades árabes, em especial o Mufti de Jerusalém, Ohadji Amin Al Husseini, líder do *Arab Higher Committee* e principal líder árabe no período do mandato inglês.

³ A Declaração de Balfour é uma carta datada de 2 de novembro de 1917, escrita pelo até então secretário britânico dos Assuntos Estrangeiros, Arthur James Balfour e dirigida ao líder da comunidade judaica do Reino Unido, Barão Rothschild. Balfour afirma o desejo do governo britânico de facilitar o estabelecimento do “Lar Nacional Judeu” nas terras palestinas, caso a Inglaterra vencesse o Império Otomano na I Guerra Mundial.

Mais de uma década depois, especificamente em 1937, o governo britânico reconhece, através de uma comissão designada para estudar profundamente as causas das revoltas, que é necessária a partilha do território em dois Estados, pois os dois povos têm identidades radicalmente opostas. A recomendação da comissão Peel⁴ é aceita pelos sionistas, mas os palestinos a rejeitam.

O ano de 1939 foi marcado pelo estabelecimento da limitação na imigração, de judeus para a Palestina, por parte dos britânicos. Essa limitação ficou conhecida como Livro Branco e significou a revolta dos judeus contra o mandatário Reino Unido. Essa, por sua vez, nessa nova política, tinha o interesse de agradar os países árabes para que não fossem cooptados pelo nazismo (MASSOULIE, 1996).

A política britânica de regular as imigrações tornou insuportável as revoltas dos judeus que organizaram atentados contra bases britânicas na Palestina. Então, em 29 de novembro de 1947, o Reino Unido decide internacionalizar a questão da Palestina, levando-a para votação na Assembleia Geral da ONU. A Assembleia Geral, na Resolução 181, vota pela partilha do território em dois Estados e que a cidade de Jerusalém fique sob tutela da autoridade internacional.

Após a decisão da ONU de partilha da Palestina, uma nova onda de conflitos começa com forças guerrilheiras palestinas junto a voluntários de outros países árabes. Segundo Khalidi (2006), esse primeiro conflito configurou a primeira fase da guerra Árabe-Israelense. Esta primeira, uma guerra civil, que aconteceu meses antes da proclamação da independência, e a segunda fase com Israel já sendo um Estado independente. Nas suas palavras: “They (palestinians) were unable to defend their society in the civil war that erupted as soon as the United Nations General Assembly voted for the partition of Palestine into a Jewish and an Arab state in Resolution 181, passed on November 29, 1947” (Khalidi, 2006, p. 125).

2.3 Yasser Arafat: o início de sua trajetória

O engajamento político de Arafat teve início no contexto da já mencionada primeira guerra Árabe-Israelense, através de sua ligação indireta com o Mufti. Esta ligação foi possível graças ao Sheikh Hassan Abul Saoud que possuía conexões com a

⁴ A Comissão Peel considerou legítima as aspirações nacionalistas dos dois povos e recomendou a divisão do território em dois Estados: um judaico e um árabe. Essa recomendação foi a primeira proposta de partilha da história do conflito.

família materna de Arafat em Jerusalém. Arafat, percebendo a oportunidade, voluntariou-se como assistente do Sheikh e trabalhou coletando doações para ações pró-Palestina e fornecendo informações sobre atividades dos palestinos em escolas e universidades egípcias (HEADLAM, 2003).

Ainda em 1947, Arafat entra na Universidade do Cairo para o curso de engenharia civil onde passou a atuar mais intensamente em assuntos políticos tornando-se associado da Irmandade Muçumana⁵, onde conheceu Salah Khalaf (Abu Iyad) e Khalil al Wazir (Abu Jihad), que viriam a ser seus companheiros no Fatah (Movimento de Libertação Nacional da Palestina, que se tornou o principal partido nos territórios palestinos, como será discutido posteriormente).

Em 15 de maio de 1948, termina oficialmente o mandato britânico e simultaneamente Israel proclama sua independência como Estado. A proclamação da independência do Estado de Israel provoca, então, a Primeira guerra Árabe-Israelense.

Tropas da Líbia, Síria, Jordânia, do Iraque e Egito foram enviadas para lutarem junto aos palestinos contra Israel. Nos primeiros meses de conflito o lado Palestino conquistou uma certa vantagem, porém Israel começou a receber armamentos de países ocidentais, o que fez com que a balança variasse e Israel passasse a vencer o conflito. Khalidi, mais uma vez, nos ajuda a entender a discrepância de forças entre os opositores, merecendo a reiteração e transcrição integral:

The balance between the two parties was lopsided: Zionist forces, most of them under a central command and organized as a regular army, numbered well over fifty thousand, including reserves, while the Arab forces, nearly all of them irregulars with widely divergent levels of training (if any), armament, and organization, numbered a total of under ten thousand. Even more grave, from the very outset there were profound political divisions and no cooperation whatsoever in the field between the local Palestinians forces and those of the ALA(...) (KHALIDI, 2006, p.131).

Arafat, pertencendo às forças militares da Irmandade Muçumana, chegou a lutar contra Israel, retornando ao Cairo em 1949, quando foi acordado o armistício. De volta, Arafat entra na União de Estudantes Egípcios de forma simultânea a sua associação a Federação de Estudantes Palestinos, tornando-se em pouco tempo o seu presidente.

⁵ A Irmandade Muçumana foi um grupo político e religioso fundado no Egito em 1928, seu objetivo principal era libertar o Egito do colonialismo britânico e de outras influências ocidentais.

Aburish (1998) ressalta que foi a partir desta primeira derrota militar que Arafat passou a acreditar que a guerra foi perdida por culpa da incompetência, corrupção e despreparo dos governos árabes e de seus exércitos. Dessa forma, Arafat passou a crer que os palestinos teriam ganho a guerra sozinhos. Essa mudança na forma de pensar de Arafat afasta a crença na necessidade da união dos povos árabes para luta da independência Palestina.

Schanzer (2008) endossa o argumento de Aburish, nas suas palavras: “(...)Arafat, who came to believe that the Arab regimes would never defeat Israel. He believed that only a Palestinian revolutionary movement could achieve that goal” (SCHANZER, 2008, p. 16).

É importante salientar a mudança de pensamento de Arafat, uma vez que a partir de sua nova crença fora moldada a forma de pensar e agir de sua futura organização, qual seja, Fatah.

A derrota na guerra produziu cerca de 750 mil refugiados palestinos, e tal migração de palestinos para outros países árabes afetou a forma organizacional das mobilizações políticas, que passaram a ser feitas fora do território. Os palestinos, agora espalhados nos países árabes, perderam seu poder de unicidade.

Entende-se então que a guerra não só afetou os palestinos, como também os países árabes: todos os regimes de governo dos perdedores da guerra foram enfraquecidos pelas denúncias de corrupção e negligência e revoltas populares surgiram e acarretaram em golpes de Estado, sendo o principal deles o que aconteceu no Egito.

2.4 Crise de Suez e fuga para o Kuwait

Foi no ano de 1952 que, através de um golpe militar, o regime monárquico do Egito foi derrubado. O grupo de militares revoltosos era heterogêneo e disputas entre o alto escalão do exército aconteceram para a escolha do novo líder. O grupo ao qual Arafat era associado, a Irmandade Mulçumana, apoiava o general Mohammed Naguib, porém quem saiu vitorioso desta disputa pelo poder foi o coronel Gamal Abdel Nasser. Como forma de retaliação por apoiarem seu opositor, companheiros de Arafat na Irmandade Mulçumana, inclusive Abu Iyad, foram mandados por Nasser para Gaza.

No mesmo ano que o golpe militar, ocorre o primeiro dentre alguns acontecimentos que precipitam a Crise no Canal de Suez. Foi também em 1952, que

eclodiram revoltas de guerrilhas populares que atacaram bases militares britânicas no Canal de Suez. Três anos mais tarde, em 1955, outro ataque acontece e agora Israel bombardeia o quartel-general egípcio em Gaza. Nasser, em resposta a sua derrota em Gaza, abre o diálogo e recebe o apoio da Tchecoslováquia para modernizar seu exército, apoiando também grupos de guerrilhas contra Israel.

No referente à ideologia, Nasser acreditava em uma identidade unitária dos povos árabes, conhecido como Pan-Arabismo. Isso significou inicialmente o apoio a grupos paramilitares palestinos que tinham o objetivo de lutar contra Israel para a libertação palestina. Arafat então foi para Gaza e lá recebe treinamento militar juntos de seus companheiros.

A aproximação de Nasser com a URSS despertou preocupação em Israel, Reino Unido e França, que perceberam, então, uma nova configuração de forças na região. A situação se agrava quando, em 26 de julho 1956, por motivos estratégicos, Nasser anuncia a nacionalização da Companhia Universal do Canal Marítimo de Suez.

A crise do Canal de Suez eclode três meses após a nacionalização, em 29 de outubro de 1956. Israel, França e Reino Unido aliançam-se e conspiram um ataque para invadir territórios do Egito. Israel acabou ocupando Gaza e a faixa costeira do Sinai até o estreito de Tiran.

Com a derrota egípcia na Crise de Suez a ONU, os EUA e a URSS intervieram e propuseram a saída dos invasores da Faixa de Gaza e Sinai, mas apenas depois da instalação da Força de Emergência das Nações Unidas. A proposta foi aceita por Nasser e dele foi exigido que contivesse as guerrilhas palestinas contra Israel em Gaza, tendo Israel que retirar suas tropas dos territórios ocupados nessa crise.

Em meio a esse quadro, Arafat e seus companheiros não vislumbram outra saída e acabam por deixar Gaza. Cabe um adendo: a primeira opção de Arafat, em particular, foi a Arábia Saudita, mas pela demora em conseguir o visto ele acabou se dirigindo para o Kuwait.

Mesmo tendo as tropas retiradas por intermédio da intervenção internacional, Nasser saiu fortalecido como líder do povo árabe. A nova balança de poder no contexto da Guerra Fria estava posta e a partir de então Nasser conseguia a simpatia da população árabe nos demais países do Oriente Médio (MASSOULIE, 1996).

2.5 Ações no exílio: criação do Fatah

O Fatah foi fundado no Kuwait. Arafat, junto com Salah Khalaf e Khalil al Wazir, Abu Iyad e Abu Jihad respectivamente, além de outros cinco companheiros refugiados, decide criar essa organização de resistência armada contra a ocupação de Israel. Não existe consenso sobre a data exata de criação do Fatah, porém se convencionou definir a criação do Fatah em 1959, mesmo ano quando teve início a publicação, feita pelo grupo, da revista intitulada Filastinuna. Era através de Arafat, idealizador da revista que ela era financiada. As publicações da revista defendiam o uso de violência contra Israel para sua erradicação e buscavam despertar nos palestinos uma consciência de nacionalidade. Todavia, sua circulação era limitada pela qualidade dos artigos (ABURISH, 1998). A partir desse momento de autopromoção do grupo através da revista, deu-se a criação do Fatah (acrônimo reverso de Harakat Tahrir al- Filastin, que significa Movimento de Libertação da Palestina).

Em suma, Israel e sua política sionista eram vistos como causador de todo sofrimento ao povo palestino e, por isso, entendia-se que o Estado de Israel deveria ser combatido. O Fatah, mesmo ainda não tendo uma estrutura política determinada, começou a fazer seu próprio apelo para ganhar simpatizantes palestinos que ainda estavam sob forte influência da ideologia Pan-Arabista de Nasser.

Em linhas gerais o grupo defendia a resistência dos palestinos contra Israel e a criação do Estado Palestino independente no território que vai do sul do Líbano ao nordeste da Península do Sinai e entre o Mar Mediterrâneo ao Vale do rio Jordão, que foi ocupado por Israel e Jordânia.

O que caracterizava a diferenciação do discurso do Fatah para os demais grupos, como a Irmandade Mulçumana e *Arab Higher Committee*, era o foco para uma ação vinda dos próprios palestinos. Podemos ver nas palavras do próprio Arafat: “A terra da Palestina é nossa. Somente nós poderemos construir o Estado palestino independente que almejamos como um asilo pacífico para os fiéis das três grandes religiões.”

O Fatah usou a publicação da Filastinuna para propagar sua ideologia, que advogava que a liberação da Palestina era o primeiro passo para uma união árabe já que, segundo o grupo, a resolução da questão palestina não deveria esperar pela união dos outros países árabes. Portanto, a ação de reivindicação do território deveria partir dos próprios palestinos. Silva (2012), nos lembra que o meio de ação do grupo se dava pela luta armada:

Influenciados pelas experiências daqueles que haviam lutado na guerra de 1948, era natural para os jovens que constituíram o Fatah que a luta armada fosse considerada um meio central de ação e mobilização. Destarte, revolução e luta armada tornaram-se as palavras de ordem do movimento (SILVA, 2012. p. 46).

É importante ressaltar a importância de Arafat para o amadurecimento do Fatah. Arafat sempre se destacou como líder, e como tal, deu aos membros do Fatah algum senso de propósito (ABURISH, 1998). Ele também se recusou a aceitar influências externas ao seu grupo que ideologicamente não foi “contaminado” com a política pan-arabista. Arafat buscou promover e buscar ajuda financeira para o grupo, apresentando o Fatah como um grupo palestino conservador e independente, assim ele conseguiu ajuda de benfeitores e homens de negócios do Kuwait.

Desde a constituição do Fatah, a Síria se mostrou uma grande aliada. Mesmo que o grupo tivesse presença nos demais países árabes, era na Síria que o Fatah tinha sua principal base e onde os soldados recebiam treinamento militar porque, como dito, a forma de atuação do grupo era através da luta armada com a organização de ataques a alvos israelenses, por isso era de grande importância que os combatentes recebessem treinamento.

A criação do Fatah também representou o engajamento da população de classes mais pobres em um movimento político de resistência. Diferente da velha elite política palestina, representada pelas classes mais abastadas de famílias tradicionais, o Fatah, que viria a ser a nova cara da elite palestina, era mais plural contando com associados das diferentes classes da sociedade palestina.

A insatisfação dos palestinos contra os governos árabes começou a ser latente. A retomada da terra Palestina era vista como um assunto secundário pelos demais países árabes e os palestinos se viram tratados como cidadãos de segundo nível por parte dos governos, o que fortaleceu o discurso do Fatah e aos poucos enfraqueceu Nasser e sua política pan-Arabista.

3 Capítulo 2:

Novos caminhos da liderança

3.1 Criação da OLP

Em 28 de maio 1964 Nasser convoca uma conferência da Liga Árabe no Cairo para tratar sobre o desvio das águas do rio Jordão feito por Israel. A Liga Árabe, nessa oportunidade, decide pela criação de uma Organização para Libertação da Palestina (OLP), ficando ao encargo de Ahmad Shukeiri, um político ligado à Arábia Saudita e Egito, a função de estruturar e liderar a nova organização.

A OLP foi criada com o objetivo de ser a representante legítima e independente da nação Palestina. No intuito de deixar a OLP funcional, dois órgãos, inicialmente, foram criados: um órgão legislativo chamado de Conselho Nacional Palestino e o Exército de Libertação Palestina. O exército e os demais órgãos da OLP foram financiados pelos governos árabes.

A criação da OLP, por parte de Nasser, também serviu como propaganda (MASSOULIE, 1996). Sua intenção era demonstrar uma ação em favor dos palestinos e abafar o crescente descontentamento dos palestinos e dos árabes. A criação da OLP não foi resultado de uma decisão de representatividade dos próprios palestinos, e sim a decisão de países árabes em um contexto de disputas e interesses (SILVA, 2012).

Inicialmente, a OLP era vista pelo Fatah como mais uma forma dos governos árabes, em especial Nasser, enfraquecerem a luta autônoma palestina. Acreditavam que a real intenção de Nasser era controlar e não dar independência a luta Palestina (ABURISH, 1998).

Concomitantemente com a criação da OLP e a decorrente criação do Exército de Libertação Palestina, o Fatah começou a organizar seus primeiros ataques contra Israel. A primeira operação militar organizada pelo Fatah foi em 1965. Um pequeno explosivo foi colocado no sistema de água na região da Galileia, porém foi descoberto antes que a detonação acontecesse. Alguns ataques inexpressivos também aconteceram naquele mesmo ano.

Através de Yasser, o Fatah foi cada vez mais conseguindo apoio financeiro de altas camadas da sociedade árabe, como também o recrutamento de jovens que desejavam engajar-se na luta para libertação da Palestina. Neste mesmo ano, 1965, o Fatah foi massivamente promovido nos países árabes, e seu número de ataques cada vez mais frequente, mesmo que ainda com pouca eficácia.

Foi só em 1966 que os ataques começaram a ser relevantes. Entre maio e outubro desse ano o Fatah organizou cerca de 15 operações de sabotagens em áreas estratégicas dos territórios ocupados. O aumento da eficácia das operações alarmou as

autoridades israelitas, quando em 13 de novembro, em resposta às sabotagens, Israel enviou uma ofensiva anti- guerrilha para uma vila na Jordânia chamada Samu, matando mais de 70 pessoas. Essa ofensiva apenas pareceu legitimar a atuação do Fatah (SCHANZER, 2008).

Ao fim de 1966 o Fatah reivindicou cerca de 41 invasões nos territórios ocupados. Já nos primeiros seis meses de 1967 foram 37 ataques que o Fatah reivindicou a autoria. O Fatah passou a ser uma organização de luta armada com grande expressividade e foi um dos atores que contribuíram para o aumento das tensões que antecederam a Guerra dos Seis Dias.

3.2 Guerra dos Seis Dias

A crescente pressão da Jordânia, Síria e Arábia Saudita para que Nasser organizasse uma ofensiva contra Israel, e acusações de covardia contra o ditador do Egito por permitir que as tropas da ONU ainda ocupassem a Faixa de Gaza desde a Crise de Suez, culminaram com a ordem de retirada das tropas da ONU de Gaza em 15 de maio de 1967. Para acabar com a pressão de outros países árabes e afastar acusações de covardia, Nasser decide fechar o Golfo de Ácaba à navegação israelense.

A resposta de Israel vem logo em seguida, em 5 de junho de 1967, o governo de Israel autoriza um ataque arrasador contra o Egito. A aviação israelense ataca e destrói caças egípcios ainda no solo. Nos seis dias de guerra, a Síria perde as Colinas do Golã, o Egito perde Gaza e a península do Sinai até o Canal de Suez e Israel retoma da Jordânia as conquistas da guerra de 1948 (MASSOULIE, 1996).

Israel conseguiu em menos de uma semana quadruplicar seu território. Após os seis dias Israel ocupou o Sinai, a Cisjordânia, o setor oriental de Jerusalém e as Colinas do Golã. A retomada da cidade velha de Jerusalém teve um fator simbólico de reconquista da cidade símbolo para a religião judaica.

Ao fim da guerra a ocupação desses territórios produziu cerca 220 mil refugiados palestinos. O grande saldo negativo foi do Egito com aproximadamente 10 mil soldados mortos e 340 aviões destruídos. Por outro lado, Israel teve a baixa de 300 soldados e apenas, em comparação ao Egito, 30 aviões destruídos.

Essa derrota significou uma grande humilhação para os países árabes. O devastador ataque de Israel não permitiu nem a mobilização de toda a tropa nem a sua

chegada aos locais ocupados. Essa derrota marcou o declínio de Nasser como o líder árabe e a ideia da união dos países árabes, o pan-arabismo, perdeu força em meio a população que buscou novas formas de identidade e ideologia.

3.3 Batalha de Karameh

Um evento marcante no início de 1968, conhecido como a Batalha de Karameh, que ocorreu na Jordânia, representou um marco para os grupos de resistência palestinos, particularmente para o Fatah e também contribuiu para a cristalização das novas dinâmicas no movimento nacionalista palestino (SILVA, 2012).

A Batalha de Karameh foi um confronto entre tropas israelitas e combatentes do Fatah. Teve início com o ataque israelita à cidade de Karameh em 15 de fevereiro de 1968. Karameh servia como base para o quartel general do Fatah por ter uma posição estratégica e a presença de muitos refugiados palestinos. Israel, então, atacou a cidade com bombardeios que mataram um número desconhecido de civis, incluindo crianças.

A intenção de Israel era destruir a base e afugentar os guerrilheiros. O resultado não foi o esperado e Israel se preparava para atacar novamente. Arafat, mesmo aconselhado a deixar a cidade com seus companheiros e evitar o confronto direto, resolveu permanecer com suas tropas na cidade. Em 21 de março Israel ataca novamente com ampla artilharia, mas para surpresa de suas tropas os combatentes com expressivas improvisações e sacrifícios individuais dramáticos, e também ajudados pelo exército da Jordânia, resistiram heroicamente levando a retirada das tropas de Israel (ABURISH,1998).

Estatisticamente Israel levou vantagem com 28 mortes de soldados em comparação com 100 combatentes mortos e 20 soldados mortos do exército da Jordânia, porém a batalha significou o triunfo da resistência palestina.

A “vitória” em Karameh significou o início da fase de ampla legitimidade do Fatah. Arafat usou a batalha exaustivamente como propaganda, o que resultou no aumento excepcional de adesão de voluntários ao grupo e aumento de financiamentos. Boa parte das finanças, que era controlada por Arafat, eram destinadas às famílias dos combatentes mortos em Karameh.

Arafat aceitou prontamente o grande fluxo dos novos combatentes, porém, o Fatah não tinha estrutura para conceder um amplo treinamento militar para os novos

voluntários. O que preocupou os companheiros do Fatah, Abu Jihad e Abu Iyad. Ficou claro o caráter propagandista de Yasser e sua maior preocupação com a imagem da organização de que a preocupação organizacional.

Depois de Karameh os países árabes reconheceram o Fatah. Yasser foi convidado para conhecer Nasser no Cairo, tendo aceitado prontamente o convite. Logo após viajaram juntos para Moscou.

3.4 Liderança de Arafat na OLP

Os anos posteriores à guerra dos Seis dias foram um divisor de águas na história da Palestina. Como argumenta Silva (2012), a derrota para Israel relocou a responsabilidade dos países árabes como principais veículos na libertação da Palestina, para o movimento nacionalista palestino. Representou, portanto, a oportunidade de dissociação dos regimes árabes e estruturação de uma agenda independente.

O Fatah, como o principal movimento revolucionário e nacionalista palestino, tornou-se símbolo da resistência Palestina e também foi o único grupo a sair intacto e até fortalecido da guerra dos Seis Dias. Com a derrota aterradora dos países árabes, o Pan-Arabismo de Nasser foi fortemente enfraquecido porque perdeu grande parte da opinião pública, principalmente a dos palestinos. E foi nesse vácuo ideológico que o Fatah se fortaleceu (ABURISH, 1998.).

A derrota das forças árabes na Guerra dos Seis Dias também significou uma nova configuração da OLP. Ahmad Shuqayri, escolhido como a primeira liderança da OLP, foi obrigado a resignar-se do cargo. Já seu sucessor, Yahya Hammuda, adotou uma postura conciliatória com os grupos de resistência palestinos iniciando uma nova fase da organização.

Percebendo a crescente importância do Fatah, em especial de Arafat, o comitê executivo da OLP em 1967 o convida para ocupar vaga de membro da organização. Arafat aceitou em nome da união nacional, mas não antes de negociar 33 cadeiras no Conselho de 57 cadeiras alocadas para grupos de guerrilha, sendo assim, o Fatah tornou-se a organização com mais cadeiras na OLP (ABURISH, 1998). A partir de então a campanha da OLP passou a contar com Fatah e outros grupos de resistência.

Entre 1 e 4 de fevereiro de 1969, em um encontro da OLP no Cairo, Arafat foi escolhido como o novo líder do Comitê Executivo. Foi também nesta sessão que

importantes alterações foram implementadas na Carta Nacional da OLP como um maior destaque ao caráter distintivo dos palestinos, reafirmação da luta armada contra Israel e a decisão de estabelecer na Palestina uma sociedade democrática e livre (SILVA, 2012).

A entrada da nova liderança na OLP, agora dominada pelo Fatah, representou, portanto, uma quebra das ideias da antiga liderança. Primeiro, o reforço de uma identidade palestina acima da identidade árabe; e segundo, a resistência armada como única forma para a libertação da palestina.

Arafat tinha o controle político, financeiro, das relações públicas e o domínio organizacional da OLP. Durante 40 anos, Arafat foi o único com o poder de liderar, unir e tomar decisões (GHANEM, 2002).

Também, nas palavras de Ghanem (2002), isso fica mais claro: “[...]the Evolution of the Palestinian problem was in fact an expression of Arafat’s mode of decision-making [...]” (GHANEM, 2002, p. 23).

A OLP era formada por vários grupos da sociedade palestina em um sistema de cotas no órgão chamado Conselho Nacional Palestino. Esse sistema de cotas para o ingresso nos órgãos da OLP favorecia o monopólio de poder de Arafat.

A partir do mandato de Arafat o Fatah passou a ser o grupo com a maior representatividade da organização com a maioria dos assentos no comitê legislativo. Dessa forma, Arafat conseguia assegurar que suas decisões fossem aprovadas e a tomada de decisão, na verdade, era feita fora dos órgãos representativos.

No início da década de 1970, Arafat criou o Comitê Central, órgão que seria responsável a dar assistência ao Comitê Executivo e com diretores nomeados pelo próprio Yasser. O Comitê foi abolido posteriormente em 1971. O Conselho Central, também criação de Arafat em 1973, para intermediar o Conselho Nacional Palestino e o Comitê Executivo. Esse era um método para que Yasser expandisse seu controle criando novos comitês e conselhos.

Uma decisão tomada em uma sessão realizada em 1973 no Cairo, estabeleceu que 50 por cento dos novos membros do Conselho Nacional seriam escolhidos por organizações populares. Porém, para manipular o processo de escolha, essas organizações foram fundadas por Arafat e controladas por seus homens de confiança (GHANEM, 2002).

Durante toda a sua liderança na OLP, Arafat nomeou vários dos seus homens de confiança, e muitos deles ligados ao Fatah, para ocuparem cargos de liderança dentro da

organização. Arafat controlava todas as áreas da OLP, do comitê central até a agência financeira.

Arafat também tinha o domínio financeiro da OLP. Era de responsabilidade do Comitê Executivo aprovar a transferência de somas de dinheiro. Assim, Arafat tinha a liberdade de alocar fundos e controlar incentivos financeiros para grupos palestinos. As atividades dos fundos também eram supervisionadas por diretores apontados pelo Yasser.

Arafat também tinha ligação com vários jornalistas tanto palestinos quanto ocidentais, o que significou certa preocupação, por parte dele, em controlar e manipular informações. Como era ele que tinha o poder de investimentos, ele financiava vários jornais locais e de outros países árabes.

Enfim, com o domínio organizacional, financeiro e de propaganda, Arafat controlava com mão de ferro a OLP, se não por ele mesmo, por intermédio de seus homens de confiança. Todas as decisões importantes passavam pela sua aprovação, sendo a maior parte delas já tomadas antes mesmo da reunião do Comitê Central ou Conselho Nacional (ABURISH, 1998).

A liderança da OLP tinha a preocupação de controlar organizações insurgentes palestinas. Pelo temor do crescimento de uma nova organização que representasse uma liderança alternativa, a OLP cooptava e manipulava outras organizações.

As duas grandes conquistas da OLP foram, em primeiro, a conquista do reconhecimento do povo palestino. A OLP era o veículo das realizações dos objetivos nacionais palestinos. Ela tinha a legitimidade popular de ser a representante máxima da sociedade palestina, coisa que nenhuma outra organização anterior conseguiu realizar.

O segundo grande feito da OLP era o reconhecimento tanto dos países árabes quanto internacional. Isso se deu por mudanças que a OLP sofreu ao longo dos anos, tanto como um ajuste as circunstâncias e a maturação de seu discurso político. Essas mudanças serão vistas no decorrer da pesquisa.

A década de 1970 foi marcada por uma série de conflitos que a OLP teve que lidar. O primeiro deles aconteceu em 1971 e ficou conhecido como Setembro Negro. As tensões entre a população da Jordânia e combatentes da OLP já aconteciam antes do conflito. O exército da OLP, formado pelos guerrilheiros dos grupos de resistências associados a OLP, fixavam suas bases em países árabes.

Interessante notar o caráter singular do conflito entre Israel e Palestina. Diferente de experiências de guerrilhas em outros países, os combatentes palestinos não atacavam Israel de dentro do território, dado a dispersão do povo palestino desde a instituição de Israel como Estado e agravada na Guerra dos Seis Dias.

O ataque a Israel acontecia dentro das fronteiras dos Estados árabes. A Jordânia, onde a OLP mantinha um grande número de soldados, também era local de campos de refugiados pelo grande número de palestinos que se deslocaram para lá. Por conseguinte, a resposta do governo de Israel era dirigida ao território da Jordânia e o grande número de soldados da OLP dentro da Jordânia acarretava em conflitos com a população local.

Esses conflitos com a população local acarretaram na expulsão da OLP do território jordaniano. As milícias da OLP se comportavam como um “estado paralelo” dentro do território, o que causava transtornos à população local e às autoridades.

A OLP então migrou para seu novo exílio, Tunísia. Ao longo de sua governança durante os anos de exílio a OLP, sob a liderança do Fatah, operava de modo autoritário, isso porque existia na liderança da OLP um receito de formar-se outros grupos para libertação palestina que angariasse apoio do povo palestino. Um dos mecanismos foi a seletividade de investimentos para palestinos resistentes dos territórios ocupados, como bem argumenta Silva:

Nesse sentido, a fim de limitar a influência dos grupos políticos nos territórios ocupados, o Fatah passou a utilizar os canais de assistência da OLP aos territórios ocupados de forma seletiva, com vistas a alocar fundos apenas àqueles que lhes eram leais. Sérias críticas e apelos eram feitos por membros importantes do Comitê à OLP para que a organização revisse “seu tratamento sectário das forças políticas nos territórios ocupados” (Jamal, 2005, p.53). Tal processo transformou-se numa fonte de desconfiança por parte de diferentes setores políticos do Comitê, causando tensões entre os mesmos (SILVA, 2012, P.72).

Portanto, “(...) A OLP, particularmente a liderança do Fatah, constitui um ator central na divisão das elites políticas palestinas dos territórios ocupados” (SILVA, 2012, p.72). A permanente tentativa de monopolizar o poder, não só dentro da OLP, como fora, como única representante do povo palestino, minou fortemente, primeiro, o processo democrático dentro da OLP, como também uma maior união das elites para serem consolidados interesses comuns entre o povo, e mais especificamente a elite palestina.

A política da OLP ficou caracterizada pela segmentação e marginalização de grupos divergentes, como argumenta Silva, baseada em Jamal:

Jamal (2005) é preciso quando argumenta que as relações da OLP com as forças políticas dos territórios ocupados podem ser caracterizadas como segmentação, cooptação e marginalização. Esses padrões de ação da OLP, particularmente do Fatah, foram um dos elementos que moldaram os desenvolvimentos políticos nos territórios palestinos na década de oitenta e acabaram tornando-se um aspecto permanente da mobilização nacional palestina (SILVA, 2012, p.73).

Destarte, a OLP apesar das arbitrariedades promoveu a causa palestina a nível internacional e foi essencial para a autonomia da resistência palestina ao longo de décadas. Com recursos e infraestrutura limitados, essa organização operou de forma audaciosa em nome da esperança de um Estado palestino independente.

4 CAPÍTULO 3

Os Acordos de Oslo

Ao longo da década de oitenta a Organização para libertação Palestina enfrentou problemas. Ela testemunhou a criação de vários grupos nacionalistas que reivindicavam a luta armada como único meio para libertação da Palestina. Esses grupos, alguns deles com inspiração islamita como o Hamas, ameaçavam a soberania do Fatah na OLP.

A OLP também amargou um crescente descrédito em consequência das expulsões que sofreu da Jordânia e do Líbano. Nesses países as milícias da OLP operavam como um “poder paralelo” que geravam incômodos para as autoridades desses países. A OLP, sendo expulsa do Líbano, migra para Tunísia onde a adota como exílio. Esse novo exílio representou a inviabilidade de se prosseguir com a luta armada contra Israel, em consequência da distância geográfica entre esses dois países. A OLP, sob a liderança de Arafat, passou a dar passos, então, em direção de uma estratégia diplomática para resolução do conflito (NEVES, 2007, p.71).

A OLP, sob a majoritária liderança do Fatah, adotou a via diplomática em reflexo de mudanças que ocorreram na década de 1980:

Sabe-se que a opção da OLP, particularmente do Fatah, pela via diplomática foi o reflexo tanto da sua tentativa de sobreviver aos desenvolvimentos políticos que se desenrolaram durante a década de oitenta (especialmente

durante a primeira Intifada), quanto de sua intenção de territorializar seu poder a fim de continuar liderando o movimento nacionalista palestino às expensas das demais elites políticas. (SILVA, 2012, p. 91)

O ano de 1987 foi marcado pela eclosão de uma insurreição popular palestina que ficou conhecida como Intifada, que significa levante ou revolta. A Intifada foi um levante popular de palestinos residentes da Faixa de Gaza e Cisjordânia contra a ocupação e criação de assentamentos de Israel nesses territórios e as consequentes arbitrariedades contra este povo com a intensificação da violência, encargos e controle à população, que já vinha sofrendo com duas décadas de ocupação. O confronto entre judeus e palestinos durante a Intifada perdurou até o ano de 1993.

A Intifada foi um fator que somado a nova configuração política do sistema internacional, ocasionada com a queda da União Soviética, que representou uma mudança na ordem política do Oriente Médio, representaram um novo momento para a Questão Palestina (NEVES, 2007, p.73). A necessidade de uma aproximação entre os Estados árabes e Israel ficou latente:

De sua parte, mesmo açoitado diante da insistência norte-americana em forçar uma aproximação com os árabes, o Estado israelense não podia abrir mão do princípio de só negociar com cada um destes separadamente, isto é, em conversações bilaterais. Para ele, ceder à estratégia daqueles países de negociar coletiva e simultaneamente, no âmbito das Nações Unidas ou de uma conferência internacional, significava se colocar numa posição nitidamente desfavorável, uma vez que, em qualquer dos casos, estaria sujeito à superioridade numérica destes e de outros países pouco simpáticos à causa israelense, como bem demonstram as inúmeras resoluções contrárias a Israel aprovadas naquela organização, notadamente na esfera da Assembléia Geral (NEVES, 2007, p.73).

Dadas às circunstâncias mencionadas, os Acordos de Paz de Oslo se apresentavam como uma alternativa para a promoção da aproximação entre judeus, palestinos e países árabes. Essa aproximação se daria “(...) através da sugestão de medidas simples e parciais, que garantissem cada uma em relação à outra e, assim, ajudassem a diminuir as hostilidades recíprocas” (NEVES, 2007, p.73).

Os Acordos de Paz de Oslo produziram uma nova configuração política palestina. Primeiro, proporcionou a mudança para o território palestino a centralidade política, visto que desde de 1967 a OLP operava no exílio (Jordânia, Líbano, Tunísia). Isso foi possível com o retorno das lideranças da OLP para Cisjordânia e Faixa de Gaza (SILVA, 2012, p. 91).

Como também a criação de uma entidade política autônoma nos territórios palestinos, a Autoridade Palestina (AP). A criação e dessa autoridade se deu em setembro de 1993 em um documento assinado pela OLP e Israel, que foi chamado de Declaração de Princípios, este documento também oficializou o início das negociações entre as partes (SILVA, 2012, p.93).

Neves (2007, p. 82) argumenta que para Arafat as negociações de paz com Israel representavam uma mudança de posição da OLP. Tanto de sair de uma posição marginalizada como também legitimar e assegurar o movimento nacionalista no âmbito internacional.

A troca de correspondências que precedeu a assinatura da Declaração de Princípios entre Yasser Arafat e, o então primeiro ministro israelense, Yitzhak Rabin, já demonstrava a diferença de conteúdo e interesses entre as partes. Na carta de Arafat endereçada para Rabin ele se compromete com a segurança de Israel e mostra seu interesse em cooperar para a resolução do conflito ao declarar sua renúncia ao uso de violência: “renunciando ao uso de terrorismo e outros atos de violência”. Em contrapartida, Rabin não assumiu compromissos sobre a segurança e paz dos palestinos, apenas afirma que o governo de Israel “decidiu reconhecer a OLP como representante do povo palestino” e que também, aceitava negociar com a organização, no quadro do processo de paz do Oriente Médio (NEVES, 2007, p. 82).

Neves (2007, p. 83) nos chama atenção para a falta de engajamento do governo israelense:

Não houve, do lado israelense, engajamento algum com as questões que, do lado palestino, eram consideradas prementes para a paz, tais como a contenção dos assentamentos de colonos israelenses nos territórios ocupados e o compromisso de suspender, nestes, as medidas de restrição e controle impostas à população, bem como, em última instância, a retirada, propriamente dita, das autoridades ocupantes destas áreas. A resposta de Rabin sequer mencionava estas questões, sendo, contudo, bastante objetiva quanto às condições impostas aos palestinos em troca do engajamento israelense: primeiro, que a OLP honrasse o compromisso de conter a oposição violenta – que representava uma ameaça para Israel –, assumindo sua “responsabilidade sobre todos os elementos e pessoal da OLP, de maneira a garantir sua aquiescência, prevenir violações e disciplinar transgressores”, conforme afirmava a carta de Arafat; e segundo, que Israel entendia que a paz com os palestinos inscrevia-se num contexto maior de paz em toda a região do Oriente Médio.

A Autoridade Palestina foi criada, então, em circunstâncias que não permitiram uma liberdade de ação para suas lideranças, ela enfrentava grande pressão externa e

internamente a oposição de grupos palestinos: “Por um lado, ela precisava consolidar seu poder e construir um regime político legítimo e estável – enfrentando, no entanto e a um só tempo, as pressões de Israel e as pesadas críticas da oposição. Paralelamente, a AP necessitava empenhar-se na complexa promessa de trazer independência para a comunidade palestina” (SILVA, 2012, p. 97).

Silva (2012, p. 94) argumenta que mesmo com a conquista palestina de ter uma entidade política internacionalmente reconhecida a Autoridade Palestina sofreu limitações. A responsabilidade com a segurança externa e as relações internacionais continuariam como atribuições dos israelenses, mesmo a Autoridade Palestina tendo a permissão para criação de um aparato policial que trabalhasse pela ordem pública e segurança interna nos territórios.

Outras restrições à autonomia da AP, a saber: a obrigatoriedade de se comunicar ao governo israelense alterações de qualquer natureza que a AP venha a sofrer em sua composição e o direito de veto do governo israelense sob leis formuladas pela entidade palestina, de acordo com os casos que constam nos acordos (LOPES, 2006, apud SILVA, 2012, p.94).

Neves (2007, p.86) argumenta que a estratégia de Israel com a Declaração de Princípios, para permitir a continuação das negociações, foi definir duas fases para as negociações: a primeira fase de período provisório quando seriam tratados assuntos sobre a administração civil da Autoridade Palestina nos territórios que foram liberados por Israel, dizia respeito a segurança pública, e a segunda fase com acordos de cooperação em diversas áreas, acerca do desenvolvimento econômico; e a negociação final quando seriam abordadas as questões chaves, como a natureza da entidade Palestina, os assentamentos, direitos sobre recursos naturais, refugiados e a extensão dos territórios a serem liberados por Israel.

4.1 Arafat durante os acordos de Oslo

O reconhecimento da OLP como representante do povo palestino no âmbito dos Acordos de Paz, representou um triunfo pessoal para Arafat (ABURISH, 1998, p. 262). No início das negociações Arafat gozava de uma boa aceitação por parte dos palestinos habitantes dos territórios ocupados, que, exaustos da situação em que se encontravam, viam no Acordo de Paz alguma esperança.

A escolha da OLP como representante do povo palestino foi, nas palavras de Neves:

A genialidade da mediação norte americana foi oferecer a uma organização falida, cindida e isolada a oportunidade de escolher entre a marginalidade completa e a chance de participar de um processo de paz que a colocaria como autoridade municipal em uma parcela dos territórios ocupados, com sua própria força policial e autonomia para assumir algumas responsabilidades civis. Depois de conseguir forjar uma unidade entre os palestinos da diáspora, os dos territórios ocupados e os cidadãos de Israel (SAID: 1996, p. 156), e depois de alcançar o reconhecimento internacional, a OLP, ao assinar a Declaração de Princípios, indiretamente aceitava transformar os territórios ocupados em territórios em disputa, aceitando, assim, colocar em discussão o direito palestino à soberania dos mesmos e o direito de retorno dos refugiados à Palestina, na esperança de que, ao final de todo o processo, Israel liberasse boa parte da Palestina ocupada em 1967 e reconhecesse um Estado palestino soberano e igual (Neves, 2007, p.111).

A OLP, porém, amargava uma crise financeira que já vinha do exílio e que comprometia a operacionalização desta organização. Essa crise financeira foi um empecilho para Arafat, posto que o limitou durante as negociações com Israel, o que ocasionou inúmeras concessões feitas por Arafat:

The financial crisis became a vicious cycle: the worse it got, the greater was Arafat's need to make Oslo work. Making it work meant enticing the Israelis to move faster, and enticing the Israelis to move faster depended on making more concessions. Arafat had no time to haggle, bargain or conduct lengthy negotiations. Implementing Oslo in accordance with an Israeli interpretation of its vague terms became his only lifeline (ABURISH, 1998, p. 266).

As concessões feitas por Arafat também foram resultado de uma balança de poder desfavorável aos Palestinos. Israel, com o apoio dos EUA, desde o início das negociações já se mostrara irredutível em ceder às demandas dos palestinos. Ao passo que, Arafat se compromete a não usar a violência e declara o reconhecimento de Israel.

Neves (2007, p.113) argumenta que a OLP, portanto, foi colocada em um dilema:

Para a Autoridade Palestina, a cúpula era uma armadilha e um dilema: enquanto Israel detinha o poder e o respaldo norte-americano para ditar os termos de um acordo final, Arafat não poderia continuar satisfazendo as demandas israelenses sem pôr em xeque a legitimidade de sua própria liderança (NORMAND: 2000); assinar ou não o acordo significava escolher entre a perda de sua legitimidade perante os palestinos – pela aceitação de um acordo que repudiava suas principais demandas – ou a perda do

reconhecimento norte-americano e um provável retorno à condição de marginalidade no meio internacional – optando pela continuação da resistência (NEVES, 2007, p.112-113).

Os Acordos de Paz formularam as disposições da Autoridade Palestina, dando poderes a Arafat de executivo e legislador. Através do Acordo Interino foi decidido que Arafat tinha poderes de legislar, isso acarretou uma concentração maior de poder, como afirma Silva:

Por outro lado, o Acordo Interino deu ao presidente responsabilidades legislativas que minavam o princípio da separação de poderes e “autorizavam” o presidente a ignorar o processo legislativo formal através da emissão de decretos presidenciais, naturalmente, sem a consulta do Conselho Legislativo. Ademais, embora ao Conselho Legislativo tenha sido outorgada certa autoridade, a mesma deveria ser limitada, conforme postulado pelo acordo, pelas leis e ordens. Dado que o presidente da AP era munido com poderes legislativos, podendo propor e promulgar leis e baixar decretos sem consulta prévia ao Legislativo, as leis que eram passadas no Conselho Legislativo estavam condicionadas aos cálculos políticos e diplomáticos de Arafat (SILVA, 2012, p. 96).

Todo período das negociações dos Acordos de Oslo, foi marcado por uma série de decisões controversas da liderança da Autoridade Palestina que demonstrava seu desejo de dominar politicamente os territórios ocupados, condutas autoritárias e práticas clientelistas expressavam o desejo de Arafat de deter o poder político em Gaza e Cisjordânia (SILVA, 2012, p.97).

Denúncias de corrupção começaram a ser feitas contra a OLP:

(...)por não existir uma regulamentação judicial clara para que o Legislativo controlasse o orçamento do governo, a AP foi capaz de manter um orçamento público e outro encoberto, sem escrutínio público. Diversas denúncias foram feitas com relação aos fundos que não eram destinados aos ministérios e eram enviados a contas no exterior. Os membros do Conselho Legislativo deixaram de aprovar vários orçamentos apontando irregularidades tais como a ausência dos investimentos públicos e das receitas dos monopólios econômicos controlados por oficiais da AP (SILVA, 2012, p.99).

Acrescente a esse cenário de denúncias de corrupção aflorando, a crescente rejeição das negociações que foram perdendo cada vez mais apoio popular, ao se perceber que as promessas não estavam sendo cumpridas. Essas denúncias de corrupção surgiam, como manipulação de doações e de contratos. Em 1995 o jornal The Wall Street recebeu uma denúncia de que a OLP estava manipulando quantias de doações e contratos em Gaza (ABURISH, 1998, p. 305).

Yasser Arafat se negou a assinar os acordos por perceber que suas demandas não estavam sendo aceitas por Israel. Israel, por sua vez, se recusava em abrir mão de temas caros aos palestinos como refugiados, divisão de Jerusalém e retirada dos assentamentos, esses impasses culminaram no fracasso dos Acordos de Paz de Oslo em 2000 nas negociações de Camp David.

Yasser Arafat volta para a Palestina sem nenhum acordo feito, mas com a aprovação do povo que não queria renúncias de suas demandas e sem mais concessões feitas a Israel.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o fracasso das negociações de Camp David em 2000, Arafat retorna à Palestina e lá permanece até sua morte em 2004. Em consequência ao fracasso dos Acordos de Oslo há o início de uma segunda Intifada.

Yasser Arafat passou os últimos anos de sua vida em um complexo de edifícios em Ramallah proibido de viajar e cercado por forças israelenses, mas, apesar do cerco, Arafat consegue liderar a Autoridade Palestina e a OLP até sua morte. Arafat morre em Paris em 2004 em decorrência de uma falência múltipla de órgãos, sua morte está em volta de controvérsia, a viúva de Arafat alega que ele foi morto em decorrência de envenenamento com polônio e que Israel estaria por trás de sua morte.

Ao longo do trabalho analisamos a trajetória de Yasser Arafat. A partir de seus primeiros anos como um jovem apaixonado e engajado no movimento palestino. O início dessa trajetória ainda na universidade em movimentos pan-arabistas. Acompanhamos suas lutas, e seu conturbado caminho até chegar no Kuwait e então dar início como fundador e líder de uma organização.

Foi no Kuwait que junto de seus companheiros viria a criar o maior movimento até então do nacionalismo palestino que reivindicava a criação de um Estado, sendo o maior protagonista durante anos da luta nacionalista se utilizando de meios violentos para combate e como protesto e reativação a Israel. Destacou-se, junto com seu grupo, em conflitos contra Israel, como por exemplo, a Batalha de Karameh. Foi turbulenta sua trajetória até conseguir ser o líder da OLP. Monopolizou o poder, junto com seu grupo, por meio de vários mecanismos como concentração de recursos e de sua distribuição não democrática, afim de ter a concentração do poder político dentro e fora da OLP.

Percebemos uma gradual mudança de estratégia da OLP de como deveria se dar a resolução da Questão Palestina. Como a OLP, amargou a marginalização no exílio para sua posterior ascensão proporcionada por Israel e EUA como o representante palestino para as negociações do Acordo de Oslo.

O estudo da trajetória política de Yasser Arafat é, de fato, indispensável para um maior entendimento sobre a causa palestina. Sua história por vezes se confunde com a história dos movimentos de resistência palestina. Sua liderança foi imprescindível para a internacionalização da questão palestina, apesar de não ter formalizado o Acordo de Paz em 2000, as negociações representaram a ascensão da Palestina como ator político e a legitimação da OLP como organização representante da Palestina. Yasser Arafat foi o único líder palestino que conseguiu uma considerável unidade entre as facções do Fatah e da OLP, o que foi um grande feito visto a grande fragmentação que as organizações passaram após sua morte.

Os legados da sua liderança são inúmeros, como já dito a ajuda na internacionalização da questão palestina, o quadro de injustiça sofrida envolvendo todo o povo palestino foi colocado e discutido internacionalmente. Sua liderança trouxe uma coesão necessária para as organizações palestinas, responsáveis pela construção de uma limitada entidade que fosse capaz de gerir problemas civis nos territórios ocupados.

Yasser Arafat foi um homem apaixonado que dedicou sua vida à luta pelo povo palestino. Criou um mito em torno de si mesmo como o grande líder palestino do século XX. Terminou sua carreira ainda sendo amado, quando negou assinar os Acordos de Oslo e entristecer seu povo. Foi um grande líder carismático e escreveu seu nome na história. Até a sua morte em 2004 provou ser um grande líder, o maior que a Palestina já viu.

YASSER ARAFAT: political trajectory and its contributions to the palestinian question

ABSTRACT

This research aims to analyze the political trajectory and leadership of Yasser Arafat in light of its implications for the “Palestinian question”. Through research and bibliographic analysis we will investigate from the historical circumstances that led him to engage in the Palestinian cause in the period before the State of Israel. It therefore addresses the organizations of which Yasser Arafat was the leader and how he centralized political power in decision-making that directly affected the Palestinians. Finally, we will demonstrate the ramifications of the Oslo Accords for Arafat as president of the Palestinian Authority in the course of the 1990S, and the growing rejection he suffered during the negotiations that culminated in the failure of the Oslo Peace Accord in 2000. We will conclude with a brief analysis of Yasser Arafat’s role in the developments and advances in Palestinian politics.

Key words: Palestine. Yasser Arafat. Oslo Process. Israel.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. **A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe**. São Paulo, 2014. Artigo científico. Universidade Federal do Ceará.

ABURISH, Said K., **Arafat: from defender to dictator**. Bloomsbury Publishing, New York and London, 1998.

GHANEM, As'ad. **The Palestinian Regime: a “partial democracy”**. Sussex Academic Press, Brighton and Portland, 2002.

HEADLAM, George. **Yasser Arafat**. Twenty- First Century Books, 2004.

JAMAL, Amal. **The Palestinian National Movement: Politics of Contention, 1967-2005**. Indiana University Press, Bloomington, 2005.

KHALIDI, Rashid. **The iron cage: the story of the Palestinian struggle for statehood**. Beacon Press, Boston, 2006, 2007.

MASSOULE, François. **Os conflitos do Oriente Médio**. Editora Ática, 1996.

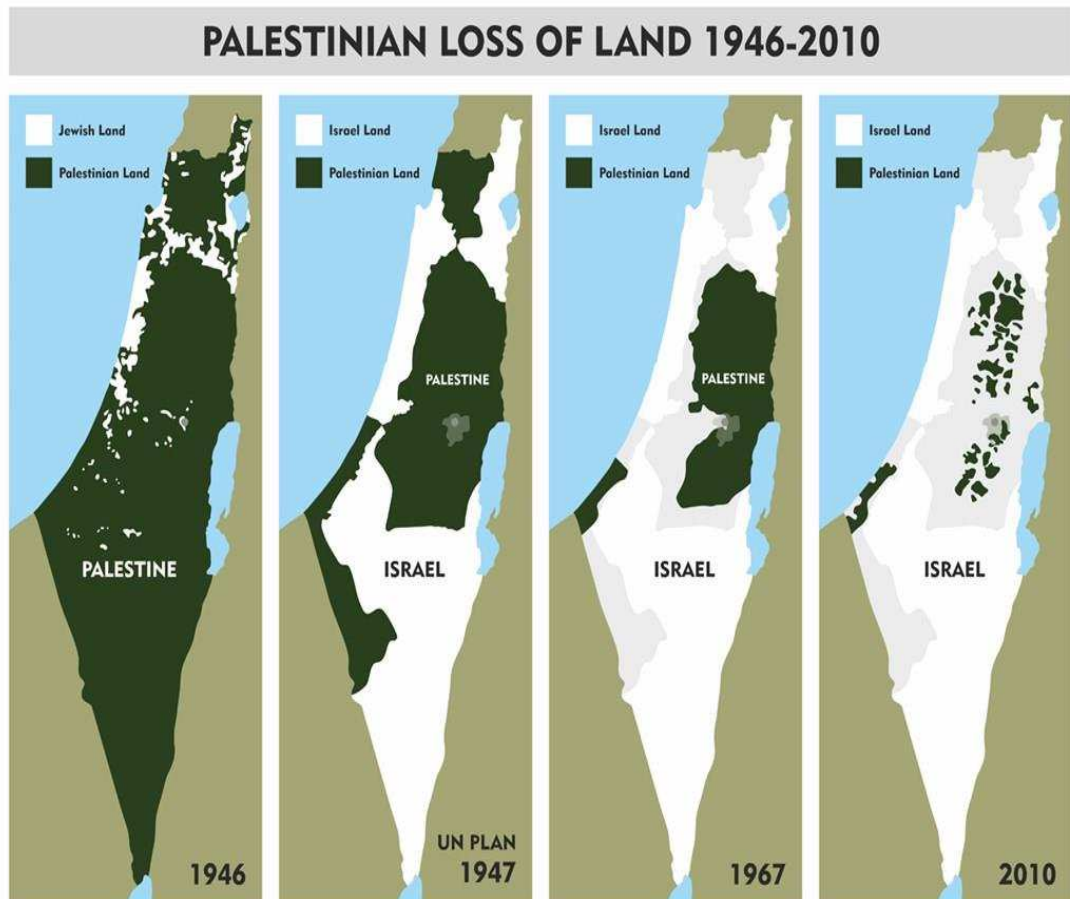
NEVES, Natália Costa das Neves. **A ‘Questão Palestina’ e os acordos de Oslo: segurança sem paz**. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PASERMAN, M. Daniele e Jaeger, David A. **Israel, the Palestinian Factions, and the Cycle of Violence** < http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=878326 >

SCHANZER, Jonathan. **Hamas vs. Fatah: the struggle for Palestine**. St. Martin's Press, 2008.

SILVA, Ana Paula. **A política palestina: construção, dinâmicas e desdobramentos**. Campinas, 2012. Tese de Doutorado, Programa de Doutorado em Ciências Políticas, Universidade Estadual de Campinas.

ZELKOVITZ, Ido. **Students and resistance in Palestine: books, guns, and politics**. Routledge, 2014.

ANEXO A - MAPA DA OCUPAÇÃO NA PALESTINA AO LONGO DOS ANOS

Acessado em <<https://www.megacurioso.com.br/guerras/44956-conflito-em-gaza-entenda-a-guerra-entre-israel-e-os-palestinos.htm>>